

Rectificação n.º 2134/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 4287/2007 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47 de 7 de Março de 2007, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que: onde se lê: “2 de Maio de 1971” deve ler-se: “2 de Maio de 1961”

26 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 2135/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 6728/2006 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113 de 12 de Junho de 2006, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que: onde se lê: “Moreira” deve ler-se: “Morreira”

26 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 2136/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 16 599/2007 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173 de 7 de Setembro de 2007, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que:

Onde se lê: “19 de Setembro de 1979”

Deve ler-se: “19 de Setembro de 1980”

26 de Novembro de 2007. — O Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 2137/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 12 213/2006 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 20 de Novembro de 2006, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Filigênci» deve ler-se «Feligênci».

26 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 2138/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 9948/2006 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177 de 13 de Setembro de 2006, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: «30 de Janeiro de 1977» deve ler-se: “30 de Janeiro de 1967”

27 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana**Despacho n.º 29148/2007**

No uso da faculdade de subdelegar nos chefes das Repartições dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) os poderes que me foram conferidos pela deliberação de 20 de Outubro de 2003 do Conselho de Direcção dos SSGNR e por despacho da mesma data do Presidente do Conselho de Direcção dos mesmos, ao abrigo dos artigos 35.º a 41.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de Novembro e do artigo 10.º, alínea b), do Estatuto dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 262/99 de 8 de Julho, subdelego, no Chefe da Repartição de Prestações Sociais, Major de Infantaria NM 1816416, João da Costa Ramos, poderes para:

a) Receber, mandar processar analisar e decidir, as prestações relativas aos pedidos de subsídios, com excepção dos subsídios extraordinários, e cujo montante não exceda 7.000 €.

b) Receber, mandar processar, analisar e decidir os pedidos de atribuição de casas de repouso e alvéolos para campismo, com excepção dos relativos ao período de veraneio (meses de Junho a Setembro).

c) Receber, mandar instruir, analisar e decidir os pedidos de frequência ou ocupação de vagas nos Lares Académicos, Colónias Balneares Infantis e Residenciais.

d) Receber, mandar instruir, analisar e decidir os pedidos de subsídio por morte, que devam ser concedidos ao abrigo da Portaria n.º 672/83 de 09 de Junho.

e) Receber, mandar instruir, analisar e decidir os pedidos de empréstimos pessoais que não excedam 7.500 € e pedidos de empréstimos para habitação que não excedam 15.000,00 €.

f) Decidir o agravamento das taxas de juro dos empréstimos, quando, nos termos regulamentares, tal deva ocorrer.

g) Outorgar em representação dos SSGNR nos contratos de concessão de empréstimos quer revistam a forma legal de escritura pública, quer sejam formalizados em documento particular.

h) Assinar o expediente que deva ser enviado aos Beneficiários, comunicando decisões ou solicitando documentos ou diligências.

i) Emitir as certidões que sejam requeridas pelos Beneficiários, para efeitos dos protocolos celebrados pelos SSGNR.

Esta subdelegação de poderes entende-se sem prejuízo do poder de avocação, ficando ratificados os actos a praticar no âmbito das matérias e nos limites nela previstos até à sua publicação no *Diário da República*.

Fica revogada a subdelegação de poderes de 10 de Janeiro de 2006, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2006, sob a forma de Despacho n.º 2573/2006 (2.ª série).

2 de Abril de 2007. — O Vice-Presidente, *Vitor Manuel C. G. dos Reis Casal*, tenente-coronel A. M.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Centro de Estudos Judiciários****Despacho (extracto) n.º 29149/2007**

Por despacho de 05 de Novembro de 2007, do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura:

Licenciado Nuno Manuel Guimarães Faria Machado Sampaio, Juiz de Direito, a exercer funções na 7ª Vara Cível de Lisboa — nomeado, em regime de acumulação, com redução de serviço, Director da Delegação do Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 24º da lei n.º 16/98, de 8 de Abril.

23 de Novembro de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais**Despacho (extracto) n.º 29150/2007**

Por despacho de 30 de Novembro de 2006 do director-geral dos Serviços Prisionais, foi Sónia Isabel Almeida Bandeira, assistente administrativa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 2, índice 209, reclassificada, nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de especialista de informática, grau 1, nível 1, da carreira de especialista de informática, do mesmo quadro de pessoal, escalão 1, índice 420, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29151/2007

Por meu despacho de 9 de Novembro de 2006, no uso de competência delegada, foi Luísa Maria Ramos Sequeira, assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos desde 1 de Dezembro de 2006, sendo exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

18 de Maio de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29152/2007

Por meu despacho de 15 de Setembro de 2006, no uso de competência delegada, foi José Luís Lopes Castilho, tesoureiro, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), transferido para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos desde 2 de Agosto de 2006, ficando exonerado do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

24 de Maio de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29153/2007

Por meu despacho de 22 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi Maria de Fátima Pires Curado Carrêlo, técnica profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., transferida para o quadro

de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de técnico profissional especialista principal (secretário-recepcionista), com efeitos desde 1 de Maio de 2007, sendo exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

17 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29154/2007

Por meu despacho de 30 de Abril de 2007, no uso de competência delegada, foi Paula Cristina Sabino Pestana, técnica profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, com efeitos desde 1 de Maio de 2007, sendo exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

17 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29155/2007

Por meu despacho de 24 de Abril de 2007, no uso de competência delegada, foi Teresa Cláudia Carvalho Cunha, nomeada definitivamente na categoria de assistente administrativo da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 1, índice 199, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

22 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29156/2007

Por despacho de 1 de Agosto de 2006, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, foram Noémia de Jesus Marques da Cunha e Lúcia Beatriz Leal dos Santos Esteves, assistentes administrativas especialistas da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, designadas para o exercício de funções de secretariado, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com efeitos a 1 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

31 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29157/2007

Por despacho de 16 de Agosto de 2007, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, foi Lucília Cármen de Sousa, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo, requisitada nesta Direcção-Geral, designada para o exercício de funções de secretariado, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com efeitos a 1 de Agosto de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

31 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29158/2007

Por despacho de 24 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, e na sequência de parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, foi Abel da Silva Martins, engenheiro técnico civil principal, da carreira técnica, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, provido na categoria de técnico especialista principal da mesma carreira e quadro, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 24 de Março de 2003. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

31 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29159/2007

Por meu despacho de 1 de Junho de 2007, no uso de competência delegada, foi Maria Manuela da Silva Santos, auxiliar administrativa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Reinserção Social, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos desde 15 de Maio de 2007, ficando exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

17 de Novembro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Rectificação n.º 2139/2007

Por ter havido inexactidão no Despacho (extracto) n.º 23 325/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 10 de Outubro, a página 29 263, onde se lê “foi designado adjunto da directora do Estabe-

lecimento Prisional Regional de Guimarães... o licenciado Jorge Morais Cordeiro Dias...”, deve ler-se “... foi designado adjunto e substituto da directora do Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães... o licenciado Jorge Morais Cordeiro Dias...”.

30 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Rectificação n.º 2140/2007

Por ter havido inexactidão no Despacho (extracto) n.º 23 404/2007, publicado no *Diário da República*, 2ª Série, n.º 196, de 11 de Outubro, a página 29 395, onde se lê “Luísa de Albuquerque Carvalho Simões Viana Crespo...”, deve ler-se “...Maria Luísa de Albuquerque Carvalho Simões Viana Crespo...”.

30 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 25495/2007

1 — Nos termos dos artigos 64.º, 65.º e 68.º do Regulamento, aprovado pelo Decreto — Regulamentar n.º 55/80, de 08 de Outubro, declara-se aberto concurso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos lugares de conservador e notário abaixo indicados.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: “Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

3 — Constituem requisitos de admissão:

3.1 — Para lugares de 1.ª classe: ser conservador ou notário e pertencer ou ter pertencido ao quadro da espécie do lugar, desde que nela estejam classificados, pelo menos, de *Bom*.

3.2 — Para lugares de 2.ª e 3.ª classes: ser conservador ou notário, ou possuir concurso de habilitação para ingresso na carreira de conservador e notário, dentro do respectivo prazo de validade.

4 — O concurso rege-se pelas disposições pertinentes do Regulamento acima citado, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março, alterado pela Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento, dirigido ao Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, Praça Francisco Sá Carneiro, n.º 13, Apartado 9924, 1911-701 Lisboa, com indicação da respectiva identificação, categoria funcional, classe pessoal e classificação de serviço.

5.1 — Os candidatos a que se refere o n.º 3.2 deverão indicar a classificação (e graduação, se for caso disso) e a data de conclusão do concurso de habilitação, bem como a classificação e data da licenciatura.

6 — Os concorrentes que se habilitem a mais do que um lugar deverão indicar no respectivo requerimento a ordem de preferência no provimento.

Conservador do Registo Civil:

Alcobaça, interino — 1.ª classe

Guarda, interino — 1ª classe

Póvoa de Varzim — 1ª classe

Albufeira — 2.ª classe

Odemira, interino — 2ª classe

Ponte de Lima — 2º classe

Queluz — 2ª classe

Mealhada — 3ª classe

Santa Comba Dão — 3ª classe

Conservador do Registo Predial e Comercial:

Gondomar — 1ª classe

Montijo, interino — 1ª classe

Arcos de Valdevez — 2.ª classe

Mealhada — 3ª classe

Conservador dos Registos Predial, Comercial e Automóveis:

Évora, interino — 1ª classe

Conservador do Registo de Automóveis:

Lisboa — 1ª Secção — 1ª classe